

Guru do PFL propõe mais arrocho

Economista Rabello de Castro alerta para o risco de hiperinflação e diz que estabilidade do real depende de superávit igual a 5% do PIB

Lydia Medeiros e Denise Rothenburg
Da equipe do **Correio**

OPFL começou a discutir ontem uma proposta de política econômica emergencial para o Brasil. Apresentado à cúpula do partido pelo economista Paulo Rabello de Castro, um dos pontos do projeto recomenda o acerto de contas entre União, estados, municípios, estatais e autarquias, no qual as dívidas seriam compensadas por créditos. Assim, por exemplo, os débitos de um determinado estado com energia adquirida de uma estatal seriam descontados dos créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que esse mesmo estado têm a receber da empresa. "É uma solução técnica vantajosa para todos. O conceito é simples, mas a operacionalização é complexa. Trata-se de uma reengenharia financeira", disse Rabello de Castro.

O encontro de contas proposto pelo PFL começa com a identificação dos créditos das partes envolvidas e torná-los comparáveis. Para isso, é necessário que o Congresso autorize Tesouro a criar um título federal, a Obrigação Social do Tesouro Nacional (OSTN), que serviria de moeda de troca para o encontro de contas. Também seria criada a Agência Nacional de Negociação de Ativos (ANNA), que atuaria como gerente desse processo e seria extinta num período máximo de quatro anos.

O plano de Rabello de Castro também prevê um controle severo das receitas e das despesas previstas em orçamento. O economista, que em outubro do ano passado elaborou um documento para o PFL no qual previa a grave crise que o País enfrenta agora, acredita que os problemas econômicos podem ser superados com medidas urgentes e radicais. Entre suas principais recomendações estão o controle rigoroso dos gastos públicos e uma meta de superávit primário (receitas maiores do que as despesas, exceto os juros) de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) — superior à fixada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que fica entre 3% e 3,5% do PIB.

Caso o governo não atinja essa meta, advertiu Rabello de Castro, o Brasil corre o risco de enfrentar um processo de hiperinflação. Os pró-

ximos quatro meses, segundo o economista, serão fundamentais para a manutenção da estabilidade.

Para ele, o sistema de câmbio livre pode realimentar a inflação. Por isso, o País precisa de um ajuste fiscal eficiente, sem aumento de impostos e com cortes de gastos. "A crise persistirá com qualquer regime cambial", afirmou o economista.

Na tentativa de ajudar no controle dos gastos públicos, o PFL pretende apresentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso um projeto de Lei de Responsabilidade Fiscal mais rígido do que o formulado pelo governo e que deve começar a ser discutido no Congresso no próximo mês. O texto do Executivo prevê, entre outras coisas, punições para governadores, prefeitos e até para o presidente da República que gastarem mais dinheiro do que o previsto nos orçamentos.

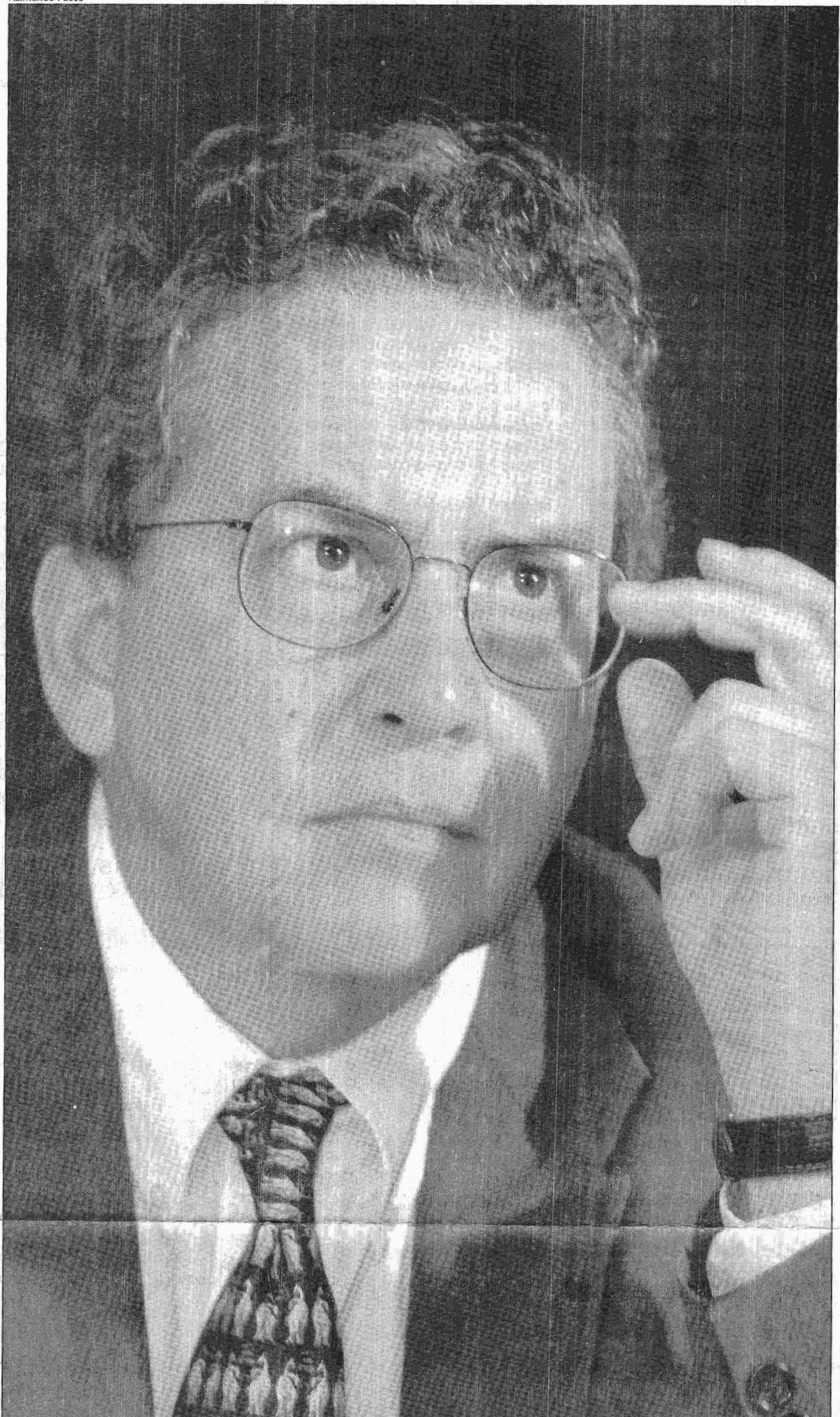
FMI

Durante a reunião com os líderes pefelistas, Rabello de Castro, também criticou o Fundo Monetário Internacional (FMI) e disse que o Brasil deveria procurar resolver seus problemas econômicos sem seguir a cartilha da instituição. Irônico, disse que a sigla é palavra que traz azar, porque, historicamente, os países que recorrem ao FMI ficam ainda mais pobres. O economista afirmou que a estabilidade do real deve ser perseguida a todo custo. Ele rejeitou propostas como a da Argentina de adoção do dólar como moeda. Tratou a tese de dolarização como uma atitude passiva e defendeu o fortalecimento do real.

Em estudo entregue aos governadores e dirigentes do partido em um almoço depois da palestra, Rabello de Castro explicou que impasses como o do governador de Minas Gerais, Itamar Franco, com o governo federal são favorecidos pelo quadro financeiro: os estados alegam não ter dinheiro para pagar o que devem e o governo ameaça os inadimplentes com o bloqueio de recursos.

"Os estados sofrem com o fato de que o governo federal se vê numa posição estritamente credora — numa situação de defensor da retidão pública — ao mesmo tempo em que não consegue equilibrar suas próprias contas nem baixar, por isso, a taxa de juros que recai sobre todos", diz o documento do PFL.

Raimundo Paccó



Rabello de Castro: o sistema de câmbio livre não é suficiente para superar a crise e pode realimentar a inflação